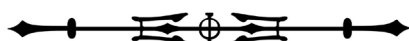


Paper do NAEA Volume 28

Linhas de alta tensão, linhas de resistência: conflitos e impactos hidrelétricos na Amazônia à luz da teoria dos comuns

Michel de Melo Lima¹



RESUMO

Tendo por base a teoria do espaço socialmente produzido e dos comuns, o presente artigo desenvolve uma análise crítica da reprodução das relações sociais de produção capitalistas na Amazônia. Para isso, toma-se como referência empírica a cidade paraense de Altamira e os rebatimentos do processo de modernização do espaço ocorrido em âmbito regional, principalmente a partir do estabelecimento de grandes projetos infraestruturais. O objetivo do trabalho é analisar a produção de territórios comuns associados ao rio Xingu e do comum como um princípio político em face do processo de modernização decorrente de projetos infraestruturais (turísticos, logísticos e principalmente hidrelétricos) ocorridos em Altamira. A partir da verificação empírica e de dados secundários (artigos científicos, teses, dissertações, documentos oficiais, históricos etc.) levantados e analisados, constatou-se que o processo modernizante associado à instalação da Hidrelétrica de Belo Monte desencadeou conflitos sociais e lutas para a manutenção de territórios comuns associados ao rio Xingu.

Palavras-chave: Capitalismo. Amazônia. Relação Cidade-Rio. Resistências. Comuns.

¹ Geógrafo (Bacharel e Licenciado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). E-mail: mmlgeo@hotmail.com.

ABSTRACT

Based on the theory of the social production of space and on the commons theory, this article develops a critical analysis of the reproduction of the capitalist social relations of production in the Amazon. For this purpose, the city of Altamira, in the State of Pará, is taken as empirical reference, along with the repercussions of the process of modernization of space occurred at regional level, mainly due to the establishment of great infrastructure projects. The objective of this work is to analyze the production of common territories associated with the Xingu river and of the common as a political principle in the face of the process of modernization due to infrastructural projects (touristic, logistic and mainly hydroelectric) occurred in Altamira. From the empirical verification and from the collected and analyzed secondary data (scientific articles, doctoral dissertations, master's theses, official documents), it was found that the modernizing process associated with the installation of the Belo Monte Hydroelectric dam triggered social conflicts and fights for the maintenance of common territories associated with the Xingu river.

Keywords: Capitalism. Amazon. Town-River relationship. Resistances. Commons.

.

INTRODUÇÃO

A análise crítica da realidade brasileira, diante do processo de modernização territorial em nível nacional, regional e local, permite inferir que o país atualmente é “palco” do crescimento e da intensificação de toda sorte de conflitos urbanos e agrários, de lutas por afirmação de direitos sociais e éticos, de consolidação de estratégias de grupos em defesa do meio ambiente etc. (CASTRO, 2014).

A referida situação é um produto do modelo econômico capitalista, que é adotado como principal forma de produção e reprodução social, e de seu rebatimento diferenciado na estrutura de classes, com aumento das desigualdades sociais, de casos de corrupção, e, por fim, com os limites impostos à realização dos direitos e atendimento de demandas dos cidadãos no que diz respeito à infraestrutura, serviços, efetiva participação nos processos decisórios e reconhecimento de protagonismos sociais (CASTRO, 2012, 2014).

Assim, é diante desse contexto que se tem a difusão do capitalismo e o avanço e/ou afirmação dos ideais neoliberais, que se materializam por meio de estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia brasileira, revelando, notadamente, o aumento do interesse pela exploração dos recursos naturais da região, inclusive para além de suas fronteiras políticas. É nesse sentido que Castro (2012) destaca que a Pan-Amazônia² ocupa uma posição central na geopolítica desenvolvimentista brasileira.

Por outro lado, diversos grupos e movimentos sociais regionais contestam as práticas de avanço neoliberal e de concentração de poder por parte do Estado e dos agentes mais capitalizados. Isso se dá através de estratégias de defesa em contextos diferenciados, nos quais grupos (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, agricultores, movimentos sociais urbanos etc.) desenvolvem práticas barulhentas, silenciosas, organizadas politicamente ou mesmo “desorganizadas”, mas sempre subversivas às tentativas do Estado e do grande capital de exacerbar o controle sobre as pessoas e sobre os seus territórios (CASTRO, 2014).

É por meio desse (des)encontro de lógicas, de movimentos e de dinâmicas recentes ligadas ao processo de modernização capitalista que se dá a produção da cidade e do urbano na Amazônia (OLIVEIRA, 2000), num embate entre tempos sociais contraditórios, discordantes e estratégias de enfrentamento e resistências em face das tentativas de efetivação da racionalidade do capital. Tal situação se consolida por meio da e pela permanência de usos, de práticas, de processos de trabalho (pesca marinha e fluvial, caça, extrativismo vegetal, agricultura de subsistência, artesanato etc.) e pela existência de lutas sociais cujo principais objetivos são a afirmação de direitos (CASTRO, 2008, 2014) e reprodução de modos de vida em territórios já estabelecidos, seja no campo ou na cidade, o que constitui contradições entre o espaço que se concebe e o espaço que demarca vivências cotidianas regionais (TRINDADE JR., 2014).

É nesse contexto que a cidade de Altamira, localizada no sudoeste paraense, destaca-se como referência empírica do presente trabalho, inserindo-se no processo de modernização do espaço regional, pois sua dinâmica está, em diferentes intensidades, associada à uma temporalidade socioespacial ligada historicamente ao rio Xingu, suas ilhas e à floresta,

2 A Pan-Amazônia é composta pelos seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

assim como vinculam-se ao aproveitamento capitalista da Amazônia e ao contexto de (re) valorização de atributos locais, logísticos e “naturais”.

O referido processo de (re)valorização se dá através da mercadificação de amenidades naturais e do estímulo e/ou estabelecimento de projetos infraestruturais (turísticos, energéticos [hidroelétricos] e logísticos) na cidade de Altamira (COSTA, 2004; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO, 2016); projetos estes que provocam alterações nas dinâmicas socioespaciais deste centro urbano e conflitos sociais entre os mais diversos agentes/grupos, quais sejam: representantes do Estado, empresa, populações tradicionais, moradores de espaços urbanos e rurais atingidos direta e indiretamente pelos projetos de infraestrutura etc.

Além disso, também tem destaque a localização privilegiada de Altamira, uma cidade situada em trechos de linhas de queda (*fall line*) sul-americanas, isto é, na proximidade de trechos encachoeirados e alinhados, nos quais entram em contato terrenos cristalinos³ (mais antigos e resistentes) e sedimentares⁴ (mais novos e menos resistentes), os pontos ótimos para a implantação de empreendimentos hidroelétricos (AB’SABER, 1967, 2005; COSTA, 2004). Tal condição confere a cidade de Altamira uma importância fundamental no atual contexto de avanço do capitalismo, notadamente em função do aproveitamento das águas para a produção de energia, com destaque para a hidroelétrica de Belo Monte.

É a partir desses pressupostos que se destaca, como o objetivo central deste trabalho, analisar a produção de territórios comuns associados ao rio Xingu e do comum como um princípio político em face do processo de modernização decorrente de projetos infraestruturais (turísticos, hidroelétricos, logísticos) ocorridos na cidade de Altamira.

Para tanto, utilizou-se como técnica de pesquisa revisão teórico-conceitual e histórico-geográfica; levantamento de dados secundários e levantamento documental sobre a área de estudo; e, por fim, a observação sistemática de campo realizada na cidade de Altamira, no ano de 2018, com inventário de sua paisagem e de suas dinâmicas espaciais e temporais.

A primeira seção do artigo foca nos aspectos do modo de produção capitalista e nos avanços da racionalidade neoliberal, assim como nas contradições engendradas nesse processo, principalmente a partir da afirmação dos comuns como resistência e como uma alternativa de reprodução social. Na segunda seção é discutido, sucintamente, o processo de modernização da Amazônia. Por fim, na terceira seção é problematizada a produção do espaço da cidade de Altamira, destacando a sua relação com o rio Xingu, a produção histórico-geográfica de territórios⁵ de usos coletivos ligados às águas e o avanço de frentes

3 Depósitos compostos por rochas magmáticas nas quais aparece um grande número de cristais que constituem o seu terreno. Esse tipo de rocha (cristalina) não contém fósseis, pois sua origem é interna, resultante da subida do magma em estado de fusão e de seu posterior resfriamento (GUERRA; GUERRA, 2008).

4 Depósito de substâncias formados pela deposição de sedimentos ou de substâncias que podem ser mineralizadas. Os depósitos sedimentares são resultantes da desagregação ou mesmo da decomposição das rochas primitivas. Sua origem pode ser fluvial, pluvial, marinha, glaciária, eólica, lacustre e vulcânica (GUERRA; GUERRA, 2008).

5 O território será abordado a partir de sua perspectiva geográfica integradora, que vê a territorialização dos diferentes agentes tanto como um processo de domínio (político-econômico), quanto de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2009). A apropriação é definida sob forte inspiração lefebvriana, isto é, no sentido daqueles grupos que têm a possibilidade de usufruir plenamente o espaço (HAESBAERT, 2014).

econômicas capitalistas, notadamente às associadas ao empreendimento hidrelétrico de Belo Monte. Dessa forma, a última parte trata justamente da emergência de resistências coletivas em torno dos territórios comuns, dos conflitos e da afirmação de outros protagonismos sociais que surgem como contradições e princípios políticos organizativos contrários ao aproveitamento capitalista do rio Xingu.

As reflexões apresentadas e assentadas na teoria da produção do espaço (LEFÈBVRE, 1973, 2013) e dos comuns (HARVEY, 2013, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016, 2017), que também apoiam-se no levantamento de dados secundários e nas observações realizadas em campo, contribuem na análise das especificidades da produção do urbano na Amazônia, principalmente por partir de resultados do estudo de uma cidade diretamente impactada por um grande empreendimento (hidrelétrica de Belo Monte), dando visibilidade às resistências, aos antagonismos e ao potencial de transformação existente em formas alternativas (e comuns) de reprodução social regional.

O COMUM COMO RESISTÊNCIA E ALTERNATIVA AO AVANÇO DO CAPITALISMO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

O capitalismo, enquanto totalidade-mundo nunca acabada, plenamente sistematizada e perenemente estruturada, tende a se estabelecer e a se realizar de diversas maneiras, seja em meio ao processo produtivo (que dissocia sujeito, a atividade produtora e os objetos), seja diante de outras formas de organização e de produção social, seja consumindo e produzindo o próprio espaço (LEFÈBVRE, 1973) ou mesmo, por fim, a partir da (re)criação de relações não capitalistas de produção para obtenção de alguma vantagem econômica (MARTINS, 2009, 2011).

É a partir dessa racionalidade hegemônica, empreendedora, que a terra, o subsolo, o ar, a água, os espaços das cidades e do campo, e mesmo os espaços não plenamente inseridos na lógica do capital, entram nas forças produtivas e nos produtos como mercadoria (LEFÈBVRE, 1973, 2006, 2013; MARTINS, 2009).

Por conta disso, o capitalismo se configura como um poder hegemônico, uma racionalidade que tem como sentido e fim reproduzir relações sociais de produção, mantendo formas de dependência e de exploração. Ele se dissemina de várias maneiras (difusão de ideologias, formulação de sistemas sociais, elaboração de um conjunto de “valores”), inclusive por meio do avanço de sua lógica no interior de cada indivíduo, penetrando no íntimo de sua consciência e nas topias (lugares) escondidas nos interstícios de sua própria subjetividade (LEFÈBVRE, 1973, 2013).

Por um lado, a modernidade capitalista dissimula, sob os auspícios da “novidade” e de “saída única” para o conjunto da sociedade, a produção do repetitivo, do hegemônico e do racional como única forma de reprodução social (LEFÈBVRE, 1973). Por outro lado, esse processo não se dá sem a produção de contradições (HARVEY, 2005) nos mais diferentes contextos socioespaciais e em diversas épocas históricas, justamente porque essas não são de domínios exclusivos de um modo de produção, de uma única racionalidade, mesmo diante de situações nas quais um modo de produção em particular possa vir a ser claramente dominante em relação aos outros, o que, no geral, ocasiona estranhamentos, tensões e conflitos (HARVEY, 1980).

Ademais, no período recente existe toda uma discussão sobre o fato do capitalismo e de seus mecanismos centrais de perpetuação aumentarem a sua complexidade, principalmente a partir da década de 1980, quando o neoliberalismo (a razão atual do capitalismo) ampliou a lógica da concorrência para toda a sociedade, com o objetivo de aceitação de seus ideais e de suas ações (DARDOT, LAVAL; 2016).

É nesse sentido que o capitalismo se caracteriza como um “governo da sociedade”, que realiza uma regulação geral do ambiente social a partir de mecanismos de mercado cujo funcionamento e continuidade de forma alguma prescindem de intervenções e de políticas governamentais (MENDES; CAVA, 2017).

Assim, na atualidade tem-se o avanço do capitalismo neoliberal e o esforço da governança financeiro-mundial em salvar bancos, restaurar a normalidade e socializar as perdas no sentido de que “tudo mude”, quando acaba permanecendo igual em essência e em direcionamento. Ao mesmo tempo dá-se uma recusa, que se expressa no acirramento de toda sorte de lutas contra a mais nova reestruturação do capitalismo; este que passou a testar o real e as possibilidades de constituição de alternativas ao avanço do grande capital (MENDES; CAVA, 2017).

É no referido momento que o medo e a insegurança desaparecem e são substituídos pela indignação diante do mal que essa situação causa, quando os indignados, por meio de lutas coletivas (sociais e culturais) passam a ocupar as ruas, as praças, as instalações de empresas e os prédios públicos para protestar e fazerem ecoar suas demandas e os seus protagonismos sociais (DARDOT; LAVAL, 2017; MENDES; CAVA, 2017).

Os resultados desses processos gerais materializam-se em diversos conflitos que permeiam a realidade brasileira, que dizem respeito à estrutura de classe, à corrupção e aos limites impostos à negação de direitos, seja na cidade, seja no campo (CASTRO, 2014). A reivindicação pelos comuns (HARVEY, 2013, 2014) e o surgimento do comum como um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) de lutas concretas e mobilizações políticas de grande extensão se deram justamente contra esse avanço do capitalismo, dos ideais neoliberais e da ampliação da lógica da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida.

Para Harvey (2013, 2014), os comuns são recursos, relações (instáveis, maleáveis e conflituosas) e práticas sociais não mercantilizáveis e provenientes da relação sociedade-natureza, que estão abertos para uma coletividade em um determinado referencial espacial, e na qual predomina a ideia de uso e apropriação em benefício mútuo dos grupos sociais. Para este autor, os comuns abrangem desde o ambiente socialmente construído, os “recursos naturais” (terra, água, ar, florestas), os avanços e inovações tecnológicas, as práticas socioculturais, as relações econômicas, os serviços (saúde, educação), o conhecimento científico, a linguagem e até mesmo modos de sociabilidade.

De forma complementar e destacando a força dos comuns como alternativa ao capital, Dardot e Laval (2016, 2017) entendem o comum como um princípio político central no contexto atual, isto é, um modo alternativo de organização e produção social baseado numa subjetividade na qual se sobressaem os ideais coletivos e cooperativos, que estão assentados em apropriações e usos comuns. Para eles, o comum seria uma forma original de ação e de discurso (práticas, lutas, instituições, pesquisas etc.) contrária ao avanço do capitalismo, da subjetividade empreendedora e das ações neoliberais.

E é justamente esse o referencial teórico⁶ que subsidia a análise, tanto do processo de modernização do espaço decorrente de projetos infraestruturais (turísticos, hidrelétricos, logísticos) pensados e/ou implementados em Altamira, uma cidade situada em linha de queda (AB' SABER, 1967, 2005; COSTA, 2004), quanto das contradições engendradas pelo avanço do capital, que se materializam em maiores solidariedades entre grupos sociais (indígenas, ribeirinhos, agricultores, coletores, moradores dos espaços de orlas⁷ etc.), na afirmação de seus protagonismos e na incorporação dos territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) comuns (HARVEY, 2013, 2014) e do comum como um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) às lutas urbanas no contexto regional amazônico.

A AMAZÔNIA, OS RIOS E O CAPITAL

Para entender os rebatimentos do avanço do processo de modernização capitalista que ocorreu na Amazônia por meio de projetos infraestruturais (turísticos, hidrelétricos, logísticos) estabelecidos no espaço regional, e a produção de territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) que refletem apropriações comuns e o surgimento do comum (princípio político) (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) ao longo da história e da geografia de Altamira, é necessário percorrer um caminho que vai do início da ocupação da região até o período atual, destacando, nesse percurso, o avanço de ações desenvolvimentistas e as contradições engendradas nesse processo.

É por conta disso que se destaca que a colonização portuguesa, na Amazônia brasileira, consistiu em um produto de conflituosos interesses políticos e econômicos entre potências europeias (Portugal, Espanha, Holanda etc.). Tal fato se deu principalmente através da criação de aglomerações e fortins ao longo do rio Amazonas e de seus afluentes (CORRÊA, 1987), em sítios estratégicos na interseção entre os cursos d'água e a floresta, com o objetivo de conquista, exploração de produtos extrativistas, transportes de mercadorias, aprisionamento de índios⁸ e defesa do território (CASTRO, 2008; OLIVEIRA; SCHOR, 2008).

6 A despeito das possíveis especificidades e discordâncias existentes entre as abordagens apresentadas dos comuns, destaca-se a utilização de Harvey (2013) por se tratar de uma leitura sociogeográfica dos comuns em ambiente urbano e por este levar em consideração contradições e relações conflituosas existentes entre o Estado, as empresas, as organizações multilaterais e mesmo entre os próprios agentes/grupos que produzem os comuns. Por sua vez, a abordagem de Dardot e Laval (2016, 2017) é essencial para análise do avanço no entendimento do comum como um princípio político alternativo e central que se coloca para além do reconhecimento do Estado e das instituições hegemônicas, designando um conjunto real de lutas assentadas nas atividades práticas dos indivíduos diante do avanço do capitalismo e da racionalidade neoliberal.

7 As orlas fluviais das cidades amazônicas são espaços que desde o início do processo de ocupação regional apresentam íntima relação com a dinâmica da natureza. Por conta disso, configuram formas-contéudo com os quais os amazônidas se identificam, moram, tiram o seu sustento e desenvolvem práticas socioespaciais cotidianas que estão ligados ao tempo lento do rio e da floresta (TRINDADE JR.; SANTOS; RAVENA, 2005), numa multiplicidade de dimensões (econômica, funcional e simbólico-cultural) e em diferentes escalas, que articulam, de forma dialética e no (des)encontro de temporalidades sociais, uma ordem próxima (local e regional) e uma ordem distante (nacional e global).

8 Quando os europeus iniciaram o processo de colonização da Amazônia, este não era um espaço que se constituía um grande vazio demográfico, não sendo, portanto, desocupado. A ocupação nos primeiros séculos significou uma forma de colonização que muito utilizou os habitantes originais, os indígenas, como mão de obra para a construção dos fortins, para catequização etc. (OLIVEIRA, 2000).

Toda essa dinâmica econômica e social contribuiu para que diversos aglomerados populacionais (os embriões de boa parte dos atuais espaços citadinos regionais) surgissem ao longo dos rios⁹ (TRINDADE JR.; AMARAL; SILVA, 2008). Assim, o início da colonização da Amazônia, a exploração das “drogas do sertão”, o desenvolvimento da agricultura comercial e a exploração da borracha, foram expressões socioeconômicas que possibilitaram o surgimento de povoados, vilas e cidades nas margens dos principais cursos fluviais existentes na Amazônia (TRINDADE JR., 2008).

Além das águas dos rios e de todos os seus significados, diversas atividades permeadas por usos materiais e/ou simbólicos associados à floresta também são constatadas em ambientes urbanos regionais, como destaca Castro (2008), notadamente através de processos de trabalho assentados na transformação e/ou utilização de produtos extrativistas (madeiras, frutas, ervas, sementes), na caça, no artesanato, nas festas de santo, na pesca, na produção de embarcações em estaleiros artesanais etc. De forma geral, são atividades não reconhecidas ou apenas parcialmente reconhecidas como monetárias, embora gerem importante fluxo de renda para a economia local e regional. E a cidade é o destino de boa parte dessa produção, o que evidencia a relação cidade-floresta (CASTRO, 2008) e cidade-rio em âmbito regional.

Sobre essa ligação do urbano, em diferentes escalas e intensidades, com a floresta, Trindade Jr. (2014) destaca que esta deve ser vista não apenas como um recurso a ser aproveitado, mas, igualmente, como parte de valores culturais e de representações simbólicas que, com maior ou menor intensidade, encontram-se presentes na configuração espacial das cidades.

Por outro lado, essa íntima interação com os rios e a floresta sofre significativas alterações no contexto recente. Isso porque, na Amazônia, de acordo com Oliveira (2000), as relações de produção têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade criada e concretizada para possibilitar a expansão do modo de produção capitalista. Esse processo ocorreu a partir da intensificação do aproveitamento dos recursos naturais, das políticas de “desenvolvimento” postas para o espaço regional (OLIVEIRA, 1999) e através dos novos objetos¹⁰ inseridos na região. São eles: as modernas plantas industriais; o novo sistema de circulação, estabelecido principalmente pelo eixo rodoviário; as modernas redes de telecomunicações; os novos sistemas portuários; a expansão da rede de energia elétrica, apoiadas na instalação de modernas hidrelétricas; a presença de grandes projetos econômicos e de infraestrutura e, igualmente, de suas modernas cidades (TRINDADE JR., 2010).

Abre-se, assim, a fronteira amazônica a empresas de mineração, de agricultura mecanizada, de madeira certificada etc. e os investimentos governamentais passam a consolidar um novo papel a ser dado à infraestrutura (energia, transporte rodoviário, comunicação),

9 Os cursos fluviais serviram de vias de comunicação por onde chegaram as novas formas de relações sociais na região (capitalismo comercial), da mesma forma como possibilitaram a fixação de bases para a “ocupação” e irradiação de novos modos de vida associados a diferentes temporalidades e espacialidades (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, capitalistas) (OLIVEIRA, 2000).

10 Grandes objetos artificiais que também são expressões do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 2008) que se rebate sobre a Amazônia. Desse modo, estes objetos respondem à necessidade de modernização da sociedade e do território, especialmente com vistas a atender às demandas de produção associadas ao mercado nacional e internacional. Sua difusão no espaço regional ocorre especialmente a partir da década de 1960 (TRINDADE JR., 2010).

visando criar estruturas de produção que possibilitem uma maior integração, tanto entre países da América do Sul, como com os mercados mais distantes. Atualmente, também se destaca o incentivo e a intensificação da produção de commodities (mineração, pecuária, exploração madeireira e agricultura mecanizada), e a criação de infraestrutura e mecanismos (flexibilização de leis ambientais) que viabilizem o seu escoamento para novos mercados (CASTRO, 2012).

É esse processo histórico e geográfico de produção do espaço regional que entrelaçou os rios e a floresta, consubstanciando usos, práticas e territórios, em diversos locais na Amazônia. Territórios estes que refletem apropriações coletivas de grupos sociais como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, agricultores, coletores, pescadores, moradores dos espaços de orla etc. A referida situação social sofre alterações significativas diante das iniciativas desenvolvimentistas posteriores, as quais tendem a tornar o espaço regional predominantemente dinamizado em função de interesses capitalistas regionais, nacionais e internacionais. E é justamente nesse contexto que se destaca o processo de produção do espaço da cidade de Altamira.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE ALTAMIRA E O SURGIMENTO DO COMUM COMO CONTRADIÇÃO E PRINCÍPIO POLÍTICO

A ocupação do espaço onde atualmente está localizada Altamira (sudoeste paraense) é um produto do processo de colonização da Amazônia, no final do século XVII. A bacia hidrográfica do rio Xingu foi considerada, nesse período, importante para a realização de incursões (inglesa, holandesa e portuguesa) na foz do rio Amazonas (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Dessa forma, os intentos militares (proteção do território), comerciais (drogas do sertão) e religiosos (catequese e aprisionamento de mão de obra indígena) iniciais foram essenciais para a constituição de Altamira, no ano de 1833, notadamente porque o seu surgimento está relacionado à presença de missionários no rio Xingu e no rio Iriri, a partir da segunda metade do século XVIII, e durante o século XIX (ALONSO; CASTRO, 2006; UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

Assim, é a partir das práticas de aldeamento dos grupos indígenas (Xipaia, Curuaia, Juruna, Arara) realizadas pelos missionários da Companhia de Jesus e, posteriormente, pelos Capuchinhos (período pombalino), que se tem a formação de missões religiosas que deram origem à Altamira (ALONSO; CASTRO, 2006). E, dentre tais missões, destacou-se a missão Tavaquara, criada na confluência do rio Xingu com o igarapé Panelas, pois foi por meio dela e do forte localizado na foz do igarapé Ambé, na margem esquerda do rio Xingu, que se estabeleceram as primeiras bases de Altamira como cidade, no ano de 1917 (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; MIRANDA NETO, 2016).

O “porto” de Altamira, nesse momento de sua história, foi fundamental para a irradiação de sua influência para povoações menores e para áreas rurais, já que a cidade serviu de entreposto comercial, estimulando a exploração de recursos naturais, inclusive, durante o período do extrativismo da borracha (ALONSO; CASTRO, 2006).

Por outro lado, a queda da demanda da borracha no mercado europeu, o arrefecimento de seus fluxos (econômicos, populacionais) e o fim da segunda guerra mundial demarcam um

período de estagnação econômico-regional na Amazônia. Por conta disso, o espaço da Volta Grande do Rio Xingu¹¹ não apresentou alterações significativas em seu quadro socioespacial (CORRÊA, 1987; COSTA, 2004).

É somente após esse momento que a cidade de Altamira recebe um revigoramento urbano, notadamente a partir das ações do Estado desenvolvimentista (CORRÊA, 1987), pois desde os anos de 1960 e a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, a política que norteou o avanço da fronteira econômica na Amazônia organizou-se de forma a permitir a conexão do mercado regional às estruturas produtivas nacionais e internacionais (integração nacional, ocupação do território e exploração de recursos naturais). É nesse contexto que se sobressai a colonização espontânea e dirigida, que acabou por garantir, por meio do grande fluxo populacional (mão-de-obra), o “amansamento” da terra e o desenvolvimento da produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado local (COSTA, 2004).

Para Corrêa (1987, p. 61):

a colonização dirigida, a implantação de grandes projetos agropecuários e o desenvolvimento de atividades de mineração de pequeno e grande porte, viabilizados pela abertura da Rodovia Transamazônica, geraram o rejuvenescimento de pequenos núcleos urbanos ribeirinhos aos afluentes do Amazonas, que se encontravam estagnados desde a crise da borracha. Marabá (rio Tocantins), Altamira (rio Xingu), Itaituba (rio Tapajós) e Humaitá (rio Madeira), todos servidos pela Transamazônica, são os exemplos mais expressivos. Transformaram-se em importantes centros de serviços para as atividades e população de sua área de influência, bem como passaram a desempenhar o papel de centros de mão-de-obra, os “peões”, para os garimpos e as grandes fazendas de suas hinterlândias.

Para entender essa centralidade urbana que Altamira adquiriu, destaca-se a intensa migração interregional de trabalhadores na abertura das frentes de expansão ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) e a criação do Programa Integrado de Colonização (PIC-Altamira), que alterou sobremaneira a constituição da rede urbana na qual a cidade estava inserida. Foi neste momento que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se encarregou de organizar os assentamentos de colonos na Transamazônica, com a promessa de garantir assistência técnica e financeira (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

O referido projeto de colonização estava subordinado ao intento mais amplo de modernização econômica brasileira. O contexto de ações desenvolvimentistas e de integração nacional foi acompanhado por práticas de violência e pela intensificação dos conflitos e tensões como produtos da dinâmica de ocupação das novas fronteiras, o que definiu uma imagem de Amazônia também como lugar de pistolagem, de trabalho escravo, de mortes políticas

11 Atualmente a Volta Grande do Rio Xingu conta com aproximadamente duzentos quilômetros de extensão e abrange parte dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio, fazendo parte da fall line zone (zona de linha de queda) sul amazônica (COSTA, 2004). Trata-se de uma área densa e diversificada, composta por rios e seus afluentes, igarapés, lagos, furos, igapós e uma floresta primária com madeiras de lei raras e diversas espécies endêmicas (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016). É habitada por pescadores, ribeirinhos, agricultores, coletores, moradores que ocupam os beiradões e por povos indígenas de diversas etnias, especialmente Xipiaia, Kuruaia, Kayapó, Juruna e Arara; grupos que desenvolveram uma combinação de agricultura, extrativismo, caça e pesca, fundamentais para a sua reprodução material e social (ALMEIDA; MARIN, 2014).

anunciadas e de chacinhas (ALONSO; CASTRO, 2006). Todos esses fatos estão relacionados ao aproveitamento capitalista, ao controle e ao monopólio dos recursos regionais que ignorou a existência de grupos indígenas, ribeirinhos, coletores, pescadores, agricultores etc., sujeitos que foram considerados atrasados e praticamente entraves ao “progresso” (COSTA, 2004).

Posteriormente, outro fator de destaque e que influenciaria definitivamente o espaço urbano e rural de Altamira foram os estudos de aproveitamento hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu. Assim, desde o ano de 1975, a Eletronorte já projetava a construção das barragens de Kararaô (que ficaria conhecida futuramente como Belo Monte), Babaquara, Jarina, Ipixuna e Kokraimoro, seguindo os inventários do potencial energético do rio Xingu. De todo modo, foi somente em 1980 que a empresa efetivamente iniciou os estudos sobre o que denominou Complexo Hidroelétrico de Altamira, que era formado por duas usinas (Kararaô e Babaquara), que, juntas, inundariam 8 mil quilômetros quadrados de terras (ALONSO; CASTRO, 2006).

É nesse contexto que se destaca, a partir do ano de 1999, a chegada, em Altamira, da linha de transmissão elétrica (linhão) da UHE Tucuruí, com 325 quilômetros de extensão. A iniciativa fez parte do projeto TRAMOESTE, que objetivou levar infraestrutura de transmissão de energia para o lado ocidental do Estado do Pará. A chegada do linhão fortaleceu o movimento para asfaltar a rodovia Transamazônica, propiciando uma melhor circulação de produtos e pessoas, elementos-chave para a retomada da construção do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte (COSTA, 2004).

A usina hidrelétrica de Belo Monte, um dos principais projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), teve a sua licença de instalação liberada no início do ano de 2011, quando iniciaram os procedimentos necessários à recepção do grande volume de mão de obra (formação de acampamentos para os trabalhadores) e as prospecções iniciais para instalação e construção do empreendimento (construção de canteiros industriais) (MAGALHÃES, 2017).

O processo de anúncio, de liberação da licença e o início da construção da hidrelétrica se deram em meio a diversas manifestações de grupos sociais que, direta e indiretamente, seriam atingidos por este empreendimento (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; MAGALHÃES, 2017), principalmente porque, no vale do rio Xingu. Segundo Almeida e Marin (2014, p. 144):

[...] pescadores e ribeirinhos desenvolvem uma combinação de agricultura, extrativismo, caça e pesca que é fundamental para a sua reprodução material e social. Ela se estrutura com base em saberes práticos, em conhecimentos tradicionais, desenvolvidos e sistematizados consoante as variações sazonais, assim expressas: vazante/seca/período de estiagem/chuvas. Para esses ribeirinhos e indígenas, o rio é coextensivo a sua maneira de viver, além de consistir na principal via de transporte e comunicação [...].

Assim, desde os primeiros boatos de instalação da hidrelétrica foi sendo construída uma identidade de luta baseada na formação e/ou conscientização política dos direitos dos moradores, dos grupos que historicamente produziram e se reproduziram nesse espaço (COSTA, 2004). É quando se dá a formação de uma consciência social enquanto grupo¹²,

12 Para o presente trabalho, de maneira geral, os grupos sociais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, agricultores, moradores dos espaços de orla etc.) serão analisados a partir das particularidades que os caracterizam. No entanto, isso não quer dizer que não existam mesclas, imbricações e tensões entre os conteúdos socioespaciais que os definem enquanto grupos sociais.

ndependentemente de serem camponeses, moradores dos espaços de orla ou etnias indígenas. Além disso, é importante frisar que tal situação também foi resultado do processo de trabalho de diversas organizações que passaram a direcionar os seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes de relações organizadas em entidades, associações sindicais e movimentos sociais¹² (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006).

A usina hidrelétrica de Belo Monte entrou em operação em abril do ano de 2016, com capacidade instalada de 11.233,1 MW e um lago formado que abrange uma área de 516 quilômetros quadrados, inundando partes dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

O empreendimento conta com duas barragens e um canal fluvial construído. A primeira (usina do sítio Pimental) localiza-se em Altamira, no início do trecho encachoeirado, num desnível que se estende por toda a Volta Grande do Rio Xingu. A segunda (usina do sítio Belo Monte) está situada em Vitória do Xingu, ao fim do trecho encachoeirado. O barramento do sítio Pimental redireciona a vazão principal do rio Xingu para um canal de 20 quilômetros de comprimento, conduzindo a água desviada até diques que abastecem a geração no sítio Belo Monte, que busca gerar energia através de 18 turbinas.

A partir desse processo de redirecionamento, segue para a Volta Grande apenas um resíduo da vazão original do rio (MIRANDA NETO, 2016; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016), o que desencadeou uma iniciativa de monitoramento de impactos socioambientais realizado de maneira independente, desde o ano de 2013, por cientistas de diversas áreas, por técnicos, por instituições (Instituto Socioambiental e Universidade Federal do Pará) e pelo povo indígena da etnia Juruna; este último, grupo que foi impactado diretamente pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte. Dessa forma, juntos, os diversos sujeitos buscaram uma estratégia alternativa na “queda de braço” com o discurso dominante que enfatiza o “emaranhado” de vantagens econômicas dos megaempreendimentos e o disfarce de seus impactos socioambientais, normalmente referidos como um “mal necessário” ao desenvolvimento do país (PEZZUTI et al., 2018).

Os protagonistas desse processo são o povo Juruna, da aldeia Mĩratu (Terra Indígena Paquichamba), localizada na Volta Grande do Xingu, que tem se engajado na realização de um monitoramento independente no intuito de registrar os impactos socioambientais da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ao seu povo e ao seu território. O engajamento demonstra a relação intrínseca dos Juruna (Yudjá) com o rio Xingu e sua disposição aguerrida para defendê-lo, com base em dados e reflexões pertinentes sobre os atuais e futuros impactos do barramento¹⁴ do rio (PEZZUTI et al., 2018).

13 A partir de levantamentos de dados secundários e de levantamentos de campo, foram identificadas as principais entidades, associações e movimentos sociais atuantes durante todo o processo de instalação do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte. E, dentre eles, destacam-se: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; o Conselho Indigenista Missionário; a Comissão Pastoral da Terra; o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu; a Fundação Viver, Produzir e Preservar; o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento Xingu Vivo Para Sempre; A Fundação Nacional do Índio (FUNAI); o Conselho Ribeirinho; a Associação de Carpinteiros Navais; e as diversas associações de moradores de um modo geral e de etnias indígenas.

14 O rio Xingu foi definitivamente “barrado” em novembro de 2015, e desviado da região da Volta Grande, restando nela uma vazão residual de água controlada pela concessionária da barragem, num trecho denominado de “Trecho de Vazão Reduzida” do empreendimento. No referido trecho e entre as duas Terras Indígenas (TIs) pela qual percorre o que restou do fluxo de água do rio, na TI Paquichamba e na TI Arara da Volta Grande, a diminuição da vazão natural chega a 80% do volume total anterior ao barramento do Xingu (PEZZUTI et al., 2018).

Sobre as transformações no núcleo urbano da cidade, Miranda Neto e Herrera (2016, p. 6) destacam que:

com o empreendimento hidrelétrico, a cidade de Altamira passa por um processo de redefinição urbana, com a requalificação de áreas localizadas às margens dos igarapés, criação de novos loteamentos para fins de reassentamento urbano e alterações estruturais importantes. Nesse contexto, é importante considerar, por um lado, o papel da Norte Energia S.A (NESA) e dos agentes públicos no processo de reassentamento e requalificação urbana, a fim de se entender as interferências diretas do empreendimento nas redefinições espaciais que se processam na cidade e na região. Por outro lado, é relevante entender o papel dos agentes privados na dinâmica de reorganização na área de influência direta do projeto, especialmente os agentes imobiliários, os quais possuem a capacidade de determinar o nível de renda necessário para se ocupar determinados pontos e, ao mesmo tempo, forçar o deslocamento da população para áreas ainda mais periféricas.

Os impactos causados pelo empreendimento na população da cidade foram significativos, sobretudo nas consideradas Áreas Diretamente Afetadas (ADAs) urbanas, que estavam localizadas na faixa de segurança de até 100m acima do nível do mar e a três metros acima da cota altimétrica 97, destinada ao reservatório da usina hidrelétrica (MIRANDA NETO; 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

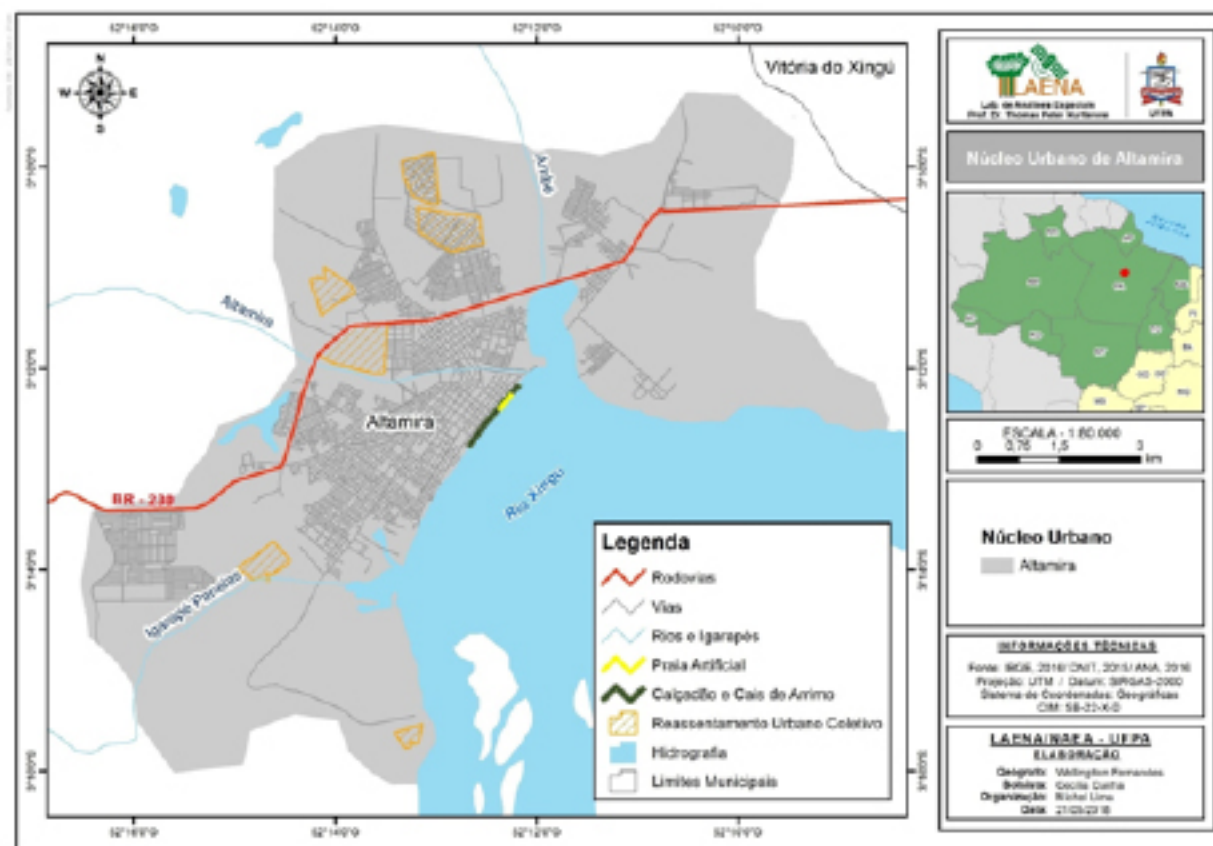
Pelo fato de a cidade de Altamira sofrer os efeitos diretos da inundação da barragem, uma extensa e densamente habitada área urbana de 387 hectares foi modificada pela Norte Energia nas proximidades dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas entre 2014 e 2015. No Plano Básico Ambiental do Projeto Hidrelétrico (PBA), as áreas em questão são denominadas de Áreas Diretamente Afetadas Urbanas (ADA Urbana), as quais são classificadas de acordo com o igarapé ao qual se relacionam [...]. (MIRANDA NETO, 2016, p. 223).

As populações que residiam na ADA Urbana, desde o ano de 2014, foram e ainda estão sendo transferidas para os novos loteamentos urbanos situados no entorno do núcleo central da cidade. Estes, ao menos em tese, deveriam ser dotados de infraestrutura urbana básica (rede de abastecimento e sistema de tratamento de água, rede de esgoto, energia e pavimentação asfáltica) (MIRANDA NETO, 2016).

No total, são lotes urbanos distribuídos em seis loteamentos planejados, denominados RUCs (Reassentamentos Urbanos Coletivos) (mapa 01), compostos por uma população de baixo poder aquisitivo que, em sua maioria, é formada por ribeirinhos, indígenas citadinos, pescadores e moradores que residiam em espaços periféricos na orla¹⁵ fluvial do Xingu, e nos três igarapés urbanos da cidade (Ambé, Altamira e Panelas). São eles: RUC Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul, Laranjeiras e Pedral. O processo de reassentamento foi e é acompanhado de intensos debates sobre a adequação infraestrutural desses espaços e sobre a garantia dos serviços e equipamentos urbanos essenciais a serem implantados nessas áreas, o que produz conflitos entre a empresa, a prefeitura municipal e os movimentos sociais de atuação local e regional (MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

¹⁵ A partir de levantamentos feitos em campo, destaca-se que o espaço de orla, outrora habitado pela população de baixa renda e ribeirinha, sofreu grandes alterações após a construção da hidrelétrica de Belo Monte, quais sejam: a remoção da população original, melhorias na estrutura da orla (calçadão e cais de arri-mo), a criação de uma “praia” artificial e a instalação de diversos equipamentos de lazer (praças, quadras de esporte, academias ao ar livre).

Mapa 01 – Altamira: núcleo urbano



Além disso, diversos grupos sociais diretamente impactados (indígenas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, agricultores, habitantes dos espaços de orla e das ilhas) que estão localizados fora do espaço urbano e que desenvolvem uma combinação de agricultura, extrativismo, caça e pesca, atividades consideradas fundamentais para a sua reprodução material e social, também são compelidos a se deslocar para a cidade de Altamira para formar unidades de mobilização, retomando reivindicações que não foram consideradas em nenhum momento da elaboração e da execução do empreendimento hidrelétrico (ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017).

Assim, os referidos grupos, juntamente com a igreja e outras organizações que focavam seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes de relações direcionadas por entidades ou associações sindicais (Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Conselho Indigenista Missionário, Movimento dos Atingidos por Barragens etc.) formaram resistências e organizaram lutas em função de interesses comuns, principalmente a manutenção de suas identidades, de sua cultura e de seus territórios coletivos, os seus referenciais de vida (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017). E isso antes, durante e depois do processo de instalação da hidrelétrica de Belo Monte.

Por fim, é justamente a luta coletiva, a cooperação entre diferentes grupos sociais e as estratégias de enfrentamento (ocupação de canteiros de obras e de áreas próximas a usina, o fechamento de estradas que dão acesso ao empreendimento, a realização de atos públicos como forma de denúncia do descumprimento de acordos firmados entre a empresa e os atingidos, a realização de diversos encontros locais e regionais que ajudaram na organização

de demandas e nas deliberações de ações conjuntas etc.) para a manutenção de territórios comuns que permitem afirmar a existência, na cidade de Altamira, de um princípio político fundamentado em usos e práticas coletivas associadas ao rio Xingu, este que se configura como um comum essencial para a sobrevivência de diversos grupos regionais.

CONCLUSÃO

De acordo com Oliveira (2000), na Amazônia, as relações de produção têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do modo de produção capitalista (e do valor de troca). E é através dessa situação de aproveitamento capitalista da natureza, de consumo no/do espaço (LEFÈBVRE, 2013) e do avanço de ideais neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016) que se pode entender o que está ocorrendo em cidades amazônicas de grande importância regional.

Assim, a análise crítica do processo modernizante, da reprodução das relações sociais de produção e do seu rebatimento na cidade de Altamira, parece confirmar o avanço da referida mercadificação (do valor de troca em detrimento do valor de uso), principalmente no que diz respeito ao aproveitamento capitalista do rio Xingu e, conseqüentemente, ao cercamento de territórios comuns ligados às suas águas. Isso porque as ações do Estado, as parcerias público-privadas estabelecidas, a urbanização empreendedora e a subjetividade neoliberal, que se materializaram principalmente a partir do estabelecimento do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, levam à especulação imobiliária de territórios, ao aumento dos impostos cobrados nos espaços da cidade que passaram por melhorias infraestruturais, ao assédio da população local para a venda de suas moradias para grupos econômicos mais capitalizados, ao “inevitável” processo de “remoção” da população original pelo poder público para o estabelecimento de algum outro tipo de infraestrutura ou atividade mais condizente com o atual contexto globalizante e, por fim, à negação de direitos socioambientais e étnicos, de demandas (habitação, saúde, educação, segurança etc.) e do reconhecimento do protagonismo social de diversos grupos.

Por outro lado, concorda-se com Oliveira (2000), Castro (2014) e Trindade Jr. (2014), quando estes destacam que, na Amazônia, o processo modernizante não ocorre sem contestações e a formação de resistências e de conflitos sociais. E é nesse sentido que foi abordada a produção de territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) comuns (HARVEY, 2013, 2014) associados ao rio Xingu, ao mesmo tempo em que foi destacada a potência do comum como um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) orientador de grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dos moradores dos espaços de orla, das ilhas etc.; princípio este que foi desencadeado como contraponto ao processo de modernização decorrente da instalação do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, na cidade de Altamira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. Problemas geomorfológicos da Amazônia Brasileira. *Atas do simpósio sobre a região amazônica – volume 1: geociências*. Belém, CNP Rio de Janeiro GB, v. 1, p. 35-68, 1967.

AB'SABER, A. N. Problemas da Amazônia brasileira. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, IEA/USP, v. 19, n. 53, p. 07-35, jan./abr. 2005.

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. In: OLIVEIRA, J. P.; COHN, C. (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA, 2014. p. 143-169.

ALONSO, S.; CASTRO, E. Processo de transformação e representações rural-urbano em Altamira. In: DUARTE, A. C. C. (Org.). *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006. p. 161-215.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 11-39.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH, Bahia*, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

CASTRO, E. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. In: LIMONAD, E; CATRO, E. (Orgs.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 100-118.

COSTA, R. C. *Xingu-Transamazônica: Linha de Queda, Territorialidades e Conflitos*. 2004. 408 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.39-68, jul./set. 1987.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. MARICATO, E. et al. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.

HARVEY, D. A criação de bens comuns urbanos. In: HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 134-189.

LEFÈBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFÈBVRE, H. *O direito à cidade*. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFÈBVRE, H. *La producción del espacio*. Madri: Capitán Swing, 2013.

MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P.; VIDAL, C. L. NÃO HÁ PEIXES PARA PESCAR NESSE VERÃO: EFEITOS SOCIOAMBIENTAIS DURANTE a construção de barragens – o caso de Belo Monte. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 37, n. , p. 111-134, mai. 2016.

MAGALHÃES, S. B. Introdução – A voz dos ribeirinhos expulsos. In: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. (Orgs.). *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte*. São Paulo: SBPC, 2017. p. 25-34.

MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MENDES, A. F.; CAVA, B. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

MIRANDA NETO, J.Q. *Os nexos da re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência*. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Altamira-Pa: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. *Confins*, Paris, n. 28, p. 01-18, 2016.

OLIVEIRA, J. A. As cidades da Amazônia: novas territorialidades e velhas exclusões reencontradas. *Caderno Prudentino de Geografia*. São Paulo, v. 21, p. 53-70, 1999.

OLIVEIRA, J. A. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JR., S-C. C.; TAVARES, M. G. (Orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.

PEZZUTI, J. et al. *Xingu, o rio que pulsa em nós: monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu*. São Paulo: ISA, 2018.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

TRINDADE JR., S-C. C. *A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais*. Projeto de pesquisa submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Belém, 2008.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

TRINDADE JR., S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: LIMONAD, E.; CATRO, E. (Orgs.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294.

TRINDADE JR., S-C. C.; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: TRINDADE JR., S-C. C.; SILVA, M. A. P. (Orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005. p.12-43.

TRINDADE JR., S-C. C.; AMARAL, M. D. B.; SILVA, M. A. P. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., S-C. C.; TAVARES, M. G. (Orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27-47.

UMBUZEIRO, A. U. B.; UMBUZEIRO, U. M. *Altamira e sua história*. 4ª ed. Belém: Ponto Press, 2012.